



PERSPECTIVAS SOBRE O ISOLAMENTO SOCIAL E A PANDEMIA NO ENSINO SUPERIOR

PERSPECTIVAS DE LOS IMPACTOS Y REFLEXIONES DEL AISLAMIENTO SOCIAL Y LA PANDEMIA EN LA EDUCACIÓN SUPERIOR

PERSPECTIVES OF THE IMPACTS AND REFLECTIONS OF SOCIAL ISOLATION AND THE PANDEMIC IN HIGHER EDUCATION

José Anderson SANTOS CRUZ¹
José Luís BIZELLI²
Thaís Vargas BIZELLI³

RESUMO: Desde março de 2020, medidas de controle da transmissão do COVID-19 – suspensão de atividades, isolamento social, uso de máscaras e testagem em massa da população – provocaram consequências na Educação: suspensão de aulas presenciais, instabilidade organizacional, precariedade de respostas pedagógicas à fase emergencial e migração para metodologias digitais, com resultados negativos e segmentados no público estudantil. Os alunos foram obrigados a adequar sua realidade doméstica – espaços, rotinas, dinâmicas familiares, meios digitais disponíveis – ao Ensino Emergencial Remoto, aprofundando a exclusão e a desigualdade. A pandemia escancarou os problemas estruturais brasileiros sedimentados a partir de sua divisão de classes. A pandemia e os problemas socioeconômicos descritos favoreceram o clima de ansiedade e distanciamento dentro das universidades. Mesmo aquelas que já vinham trabalhando metodologias ativas, mediadas pela tecnologia, esbarraram na falta de planejamento, na educação para o uso dos meios digitais, na precariedade das condições materiais de existência de parte significativa dos alunos, que deixaram de participar das aulas devido a problemas correlatos à situação: insônia, pânico e depressão.

PALAVRAS-CHAVE: Pandemia. COVID-19. Educação. Ensino a distância.

RESUMEN: Desde marzo de 2020, las medidas de control de la transmisión del COVID-19 - suspensión de actividades, aislamiento social, uso de mascarillas y pruebas masivas a la población- han tenido consecuencias en la Educación: suspensión de las clases presenciales, inestabilidad organizativa, precariedad de las respuestas pedagógicas a la fase de emergencia y migración a metodologías digitales, con resultados negativos y segmentados en el público estudiantil. Los estudiantes se vieron obligados a adaptar su realidad doméstica -espacios, rutinas, dinámicas familiares, medios digitales disponibles- a la Educación de Emergencia a

¹ Fundação de Estudos Agrários Luiz de Queiroz (ESALQ), Piracicaba – SP – Brasil. Doutor em Educação Escolar, FCLAr/Unesp. Editor Adjunto e Executivo da RIAEE. Professor Orientador PECEGE – MBA/USP ESALQ. Editor da Editora Ibero-Americana de Educação. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5223-8078>. E-mail: andersoncruz.unesp@gmail.com

² Universidade Estadual Paulista (UNESP), Araraquara – SP – Brasil. Livre docente. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6634-1444>. E-mail: jose.bizelli@unesp.br

³ Universidade Estadual Paulista (UNESP), Araraquara – SP – Brasil. Doutoranda em Educação Escolar (FCLAr/UNESP). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8127-5257>. E-mail: thaিসcontev@hotmail.com





Distancia, profundizando la exclusión y la desigualdad. La pandemia dejó al descubierto los problemas estructurales brasileños sedimentados en su división de clases. La pandemia y los problemas socioeconómicos descritos favorecieron un clima de ansiedad y distanciamiento dentro de las universidades. Incluso aquellos que ya venían trabajando con metodologías activas, mediadas por la tecnología, se encontraron con la falta de planificación, de educación en el uso de los medios digitales, la precariedad de las condiciones materiales de existencia de una parte importante de los alumnos, que dejaron de participar en las clases por problemas relacionados con la situación: insomnio, pánico y depresión.

PALABRAS CLAVE: *Pandemia. COVID-19. Educación. Enseñanza a distancia.*

ABSTRACT: *Since March 2020, measures to control the transmission of COVID-19 - suspension of activities, social isolation, masks, and mass testing of the population - have had consequences in Education: suspension of face-to-face classes, organizational instability, precarious pedagogical responses to the emergency phase, and migration to digital methodologies, with negative and segmented results in the student population. Students were forced to adapt their domestic reality - spaces, routines, family dynamics, available digital media - to the Emergency Remote Learning, deepening exclusion and inequality. The pandemic exposed the Brazilian structural problems sedimented from its class division. The pandemic and the socioeconomic problems described favored a climate of anxiety and distancing within universities. Even those that had been working with active methodologies, mediated by technology, ran into a lack of planning, education for the use of digital media, and the precariousness of the material conditions of existence of a significant part of the students, who stopped participating in classes due to problems related to the situation: insomnia, panic and depression.*

KEYWORDS: *Pandemic. COVID-19. Education. Distance learning.*

Introdução

Desde janeiro de 2020, o surto de doença respiratória COVID-19 – emergência de Saúde Pública internacional – foi definido pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como pandemia de disseminação comunitária e planetária. De acordo com Oliveira *et al* (2021), para minimizar a disseminação e o número de mortes, foram recomendados o isolamento social, o tratamento dos casos identificados, a realização de testes massivos e o distanciamento social.

As desigualdades sociais do Brasil se somam à pandemia e as consequências da COVID-19 têm caráter de classe, já que o ensino remoto emergencial levou muitos estudantes a apresentarem queda na aprendizagem por questões econômicas.

A OMS (2020) destacou a América do Sul – ênfase dada ao Brasil – como epicentro da doença, apontando a necessidade de medidas para conter o número de casos. Uma delas foi a suspensão de aulas presenciais para evitar a transmissão em aglomerações, ação que tem gerado consequências imediatas e impactos futuros.





A pandemia do COVID-19 tem impactado o mundo nas diversas esferas: social, econômica e política. Pela atualidade da pandemia, ainda é difícil prever os impactos que ela deixará a longo prazo. Entretanto, na sociedade brasileira de profundas assimetrias sociais, a pandemia tem assumido seu caráter perverso. Os antigos problemas estruturais que assolam parcela significativa dos brasileiros, como a fome, a ausência de água tratada e a dificuldade de acessar políticas públicas, somam-se agora aos novos riscos inerentes ao vírus (FALQUETE; BOTELHO MORA; MATELLI, 2021, p. 41).

Os autores defendem que a pandemia escancara problemas estruturais brasileiros. A crise sanitária se acentua nas populações periféricas, ribeirinhas, indígenas e quilombolas, devido às desigualdades sociais. No que tange à educação: “Os impactos identificados foram vinculados à interrupção da agenda pedagógica, bem como à migração do ensino presencial para o formato de ensino remoto” (ROCHA; LIMA, 2021, p. 380), ampliando as dificuldades de aprendizagem, e os desafios no que concerne ao ensino remoto, a distância, e suas respectivas metodologias neste e para este cenário educacional atual.

A pesquisa, problematizando possíveis impactos da pandemia e isolamento social na educação e no ensino remoto, destaca que se passaram três semestres letivos de ensino remoto sem que vacinas imunizantes estivessem disponíveis à população brasileira: observa-se, assim, consequências graves para a formação do estudante no processo de ensino e aprendizagem.

O texto parte de revisão bibliográfica de artigos recentes (2020 e 2021) acerca da Educação e da pandemia (COVID-19). Manteve-se atento também em publicações que abordam a relação educação e tecnologias, com viés na análise quantitativa de dados sobre o acesso de alunos universitários socioeconomicamente diferenciados.

Observou-se que o Ensino Superior, desde o início da suspensão das aulas presenciais, optou por dar continuidade integral ou parcial das disciplinas com o emprego de estratégias de aprendizagem não presenciais para não prejudicar o calendário escolar (ACI UNESP, 2020).

“Em meio à pandemia global do COVID-19, ainda em curso no Brasil, torna-se difícil prever quais serão seus impactos em longo prazo na sociedade brasileira” (FALQUETE *et al.*, 2021, p. 42). A pesquisa bibliográfica reflete, porém, repercussões e consequências do isolamento social durante a pandemia, tanto no Ensino Remoto Emergencial para cursos presenciais, quanto para aqueles oferecidos em modelo EaD ou Híbrido.

O sistema de ensino se tornou mais excludente pela dificuldade de acesso à internet, ao equipamento e a local adequado para estudar, provocando consequências laterais não desprezíveis como reflexos emocionais no corpo discente e docente.



Se, por um lado, o ensino remoto possibilita, através de TDIC, metodologias ativas importantes para o aprendizado do estudante, incentivando discentes e docentes à procura constante por estratégias de devolutiva, facilitando a interação e diálogo entre professor e estudante; por outro lado, há incertezas sobre os efeitos discriminatórios provocados pelo ambiente material concreto exigido por estas metodologias, situação que desnuda-se com a pandemia, mas aponta desafios para futuros debates e reflexões no campo da Educação.

Ensino remoto e seus impactos

Fistarol, Silveira e Fischer (2021) anotam que a pandemia forçou todos os cursos do mundo a interromper as aulas presenciais e migrar, sem haver tempo para se preparar para tal mudança, para um modelo de aulas emergenciais remotas, mediadas por plataformas digitais. Desta forma, famílias inteiras tiveram que se adequar às transformações escolares, tanto na Educação Básica, com familiares mediando as aprendizagens, quanto na Educação Superior, com os discentes se adequando à realidade doméstica e suas características de espaço e rotina, além dos equipamentos necessários para acompanhar as aulas, salientando que os impactos são distintos de acordo com as abissais desigualdades que imperam na sociedade.

Para Oliveira *et al.* (2021), a suspensão das aulas causou mudanças na formação dos estudantes, na vida de alunos e em suas famílias. Essa adaptação de aula presencial no ensino remoto e a adaptação do formato pedagógico das atividades presenciais para o ambiente virtual de aprendizagem é um desafio para professores e para estudantes (ROCHA; LIMA, 2021).

Além dos riscos que “a educação remota traz de aprofundar as desigualdades sociais e educacionais e a adoção de estratégias de formação virtual, apoiadas pelas tecnologias, pós pandemia” (BONOTTO; CORRÊA; CARDOSO; MARTIN, 2020, p. 1735). Falquete, Botelho e Martineli (2020, p. 47) afirmam que as desigualdades já existentes não são superadas e ainda são sobrepostas por novas disparidades sociais, “a fome não foi erradicada, tampouco os acessos à água tratada saneamento básico e alfabetização se tornaram universais”. “Tais problemáticas somam-se à uberização e a precarização do trabalho, as retiradas de direitos e, neste atual momento, à pandemia do Coronavírus, refletindo diretamente no número de mortos por renda, raça e etnia” (FALQUETE *et al.*, 2021, p. 47).

As desigualdades sociais acumuladas ao longo da história brasileira agora se somam à pandemia. Os efeitos da COVID-19 têm mostrado caráter de classe, uma vez que as assimetrias sociais, econômicas e raciais têm determinado o chamado “grupo de risco” da doença. Com a suspensão das aulas presenciais, muitos estudantes enfrentam queda na aprendizagem e





dificuldade de acesso às tecnologias por questões econômicas, tornando o sistema de ensino mais excludente.

Wenczenovicz (2020) informa que em 2019:

- 44% dos domicílios da zona rural brasileira tinham acesso à internet e na área urbana, o índice era de 70%;
- Nas classes A e B, 96,5% das casas têm sinal de internet;
- Nas classes D e E 59% não consegue navegar na rede, e entre a população com renda familiar inferior a um salário-mínimo;
- 78% das pessoas com acesso à internet têm usado a internet exclusivamente pelo aparelho celular.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019) informa que 9 milhões de brasileiros entre 0 e 14 anos do Brasil vivem em situação de extrema pobreza; desses, 207 mil são crianças menores de cinco anos que sofrem de desnutrição grave.

O distanciamento social, com a impossibilidade de estar no ambiente escolar, favorece a exposição à violência (sexual, física ou psicológica) dos estudantes, pois rotineiramente são os docentes que observam e apontam os atos de violências praticados contra adolescentes e crianças, bem como aumenta o risco de crescimento do trabalho infantil e a gravidez precoce. Duque e Durán Vasquez (2020, p. 31) sugerem elaborar um sistema escolar inclusivo em que “a escola passa a ter a responsabilidade de adequar o currículo aos seus alunos e tomar opções que considere mais eficazes de forma a garantir o sucesso dos alunos, de um modo especial, daqueles que manifestam algum tipo de fragilidade”.

Em meio à pandemia e à urgência de definição de métodos e processos, isso não tem ocorrido da forma ideal. O teor emergencial não favoreceu o planejamento do uso assertivo das ferramentas disponíveis. A aplicação das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), a partir ou por meio da internet e TV aberta, foi a alternativa selecionada para dar continuidade ao ensino e alcançar “democraticamente” o maior número de estudantes no território brasileiro em meio ao distanciamento social.

[...] a transição do presencial para o virtual, na formação de professores, apresenta desafios ao tutor, pois seu local de trabalho não é mais o mesmo, seus alunos geralmente não são crianças ou jovens, o conteúdo a ser desenvolvido exige competências diferenciadas” (GARCIA *et al.*, 2015, p. 69).

Com o distanciamento social, o contato, a comunicação e o ensino têm sofrido perdas, ruídos, e a autonomia do estudante se destaca como aspecto essencial.



O contexto atual exige dos professores novas práticas frente ao conhecimento, com foco no preparo das novas gerações de indivíduos para o pensamento crítico, em contraposição ao uso impensado, frenético e assíduo da aparelhagem tecnológica, com contudente familiaridade e interatividade (CUNHA *et al.*, 2017, p. 682).

Para Geraldi e Bizelli (2017), o desenvolvimento da sociedade depende da capacidade de gerar, transmitir, processar, armazenar e recuperar informações de forma eficiente. A escola precisa ter acesso a esses instrumentos e capacidade para produzir e desenvolver conhecimentos utilizando as Tecnologias Digitais de Informação de Comunicação (TDIC).

Um das características do Ensino a Distância é a autonomia do estudante. Além disso, a organização é necessária para a busca dos conteúdos disponíveis e sua aprendizagem mediada pelos conteúdos e tutoria. Ou seja, numa metodologia invertida, o estudante faz a gestão do seu tempo de estudo, reflete sobre os conteúdos fora de sala e o professor explora esses objetos de aprendizagem. As metodologias ativas são essenciais, mas nessa modalidade de Ensino a Distância adaptado e emergencial, as TDIC levaram os docentes a uma busca pelos alunos. Deste modo, uma busca ativa se destacou como uma necessidade de procura constante pela devolutiva dos estudantes, da participação, da presença na aula virtual, da execução de avaliações e de entregas das atividades propostas pelos professores.

O EaD enquanto metodologia de ensino precisa fazer com que as TDIC se transformem em recursos, materiais, que a partir da intencionalidade pedagógica do professor possam favorecer a construção e a socialização do conhecimento nas relações que se constroem e se constituem a partir deste novo cenário educacional virtual. A relevância do material de estudo é exposta pelo Ministério da Educação (BRASIL, 2007), em documento que estabelece que o Projeto Político Pedagógico de um curso na modalidade a distância deve conter de forma adequada e elaborada: Concepção de educação e currículo no processo de ensino e aprendizagem; Sistemas de comunicação; Material didático; Avaliação; Equipe multidisciplinar; Infraestrutura de apoio; Gestão acadêmico-administrativa; Sustentabilidade financeira. Elementos que não puderam ser planejados no processo emergencial ocasionado pela pandemia, em se pensando na Educação Básica e na Educação Superior.

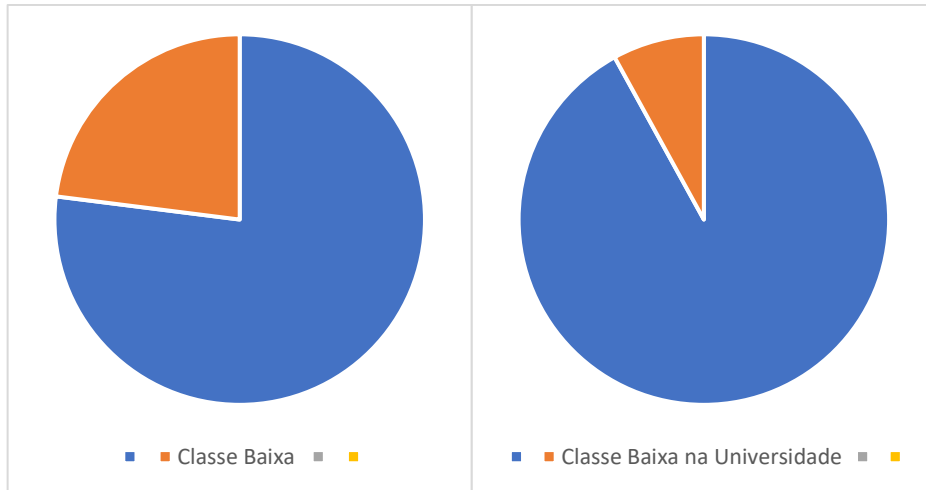
O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018) mostra que o rendimento médio mensal de trabalho de 1% da população mais rica foi 34 vezes maior que da metade mais pobre. Ou seja, os mais privilegiados economicamente ganharam em média R\$ 27.744 por mês, enquanto os 50% menos favorecidos tiveram o ganho de R\$ 820 (IBGE, 2019).





Na Educação Superior pública, o cenário de desigualdade também se perpetua, evidenciando que, apesar da classe baixa (com renda familiar per capita menor que R\$ 291) representar 23% da população brasileira, no corpo discente eles caracterizam apenas 8%.

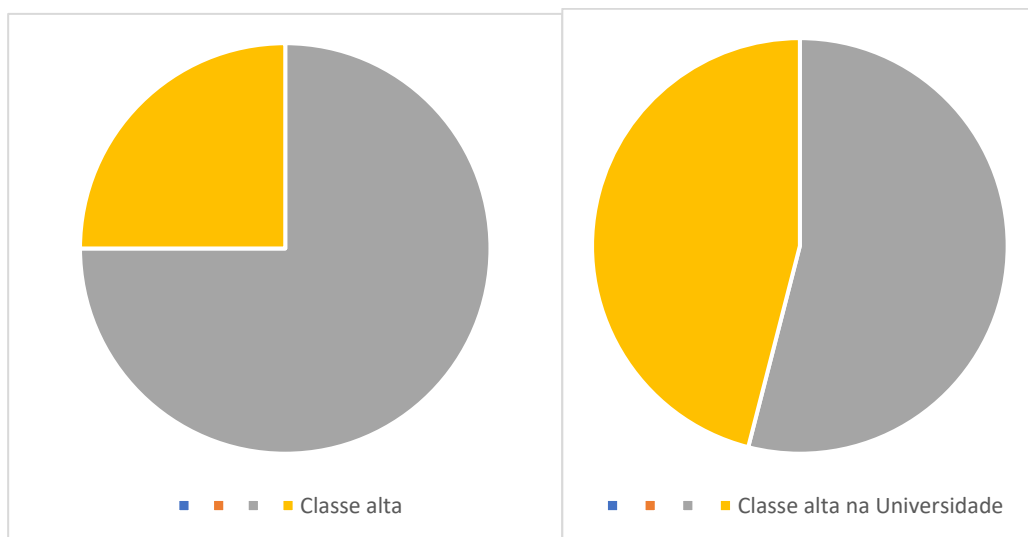
Gráfico 1 – Acesso à Universidade pela classe baixa



Fonte: Elaborado pelos autores

A classe alta (com renda familiar per capita maior que R\$ 1010), sendo 25% da população, representa 46% dos universitários das universidades públicas.

Gráfico 2 – Acesso à Universidade pela classe alta



Fonte: Elaborado pelos autores

Um dos principais problemas com a implementação da atividade remota emergencial, assentada neste modelo não presencial nas universidades públicas, é a preocupação em vir a





agravar as desigualdades ao exigir que alunos sem condições econômicas de acesso à internet, ou que não possuam um computador, acompanhem as aulas e entreguem atividades remotamente. O que implica a este aluno a opção de trancar o curso, uma vez que mais um empecilho se consolida para o acesso e a conclusão do Ensino Superior.

O desmonte da universidade pública é uma das preocupações por parte dos movimentos estudantis, visto que a implementação do ensino a distância emergencial pode levar este método a se tornar permanente dentro das instituições – tornando este ambiente ainda mais elitizado, classificatório e excludente.

Sobre a saúde mental dos discentes, Cao *et al.* (2020) desenvolveram uma pesquisa entre os alunos de Medicina da faculdade de Changzhi, na China, e 24,9% do corpo discente experienciou algum tipo de ansiedade relacionada à COVID-19. Viver com os pais, ter estabilidade financeira, e morar em áreas urbanas, foram apontados como fatores de proteção entre os estudantes, enquanto problemas econômicos, parentes doentes e dificuldade em acompanhar os estudos foram identificadas na pesquisa como fontes propensas à ansiedade.

Em 2020, a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), divulgou a pesquisa “Trabalho Docente em Tempos de Pandemia”, elaborada pelo Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com apoio da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE). Os dados foram coletados entre 08 e 30 de junho de 2020, com 15.654 docentes de todo o Brasil, oriundos da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e da Educação de Jovens e Adultos.

Dos professores que estão lecionando de suas residências:

- 82% afirmaram que carga horária de trabalho aumentou;
- 84% mencionaram que o envolvimento dos discentes diminuiu um pouco ou vertiginosamente durante a pandemia.

Sobre as principais dificuldades dos alunos:

- 80% afirmaram que a principal dificuldade dos alunos é o acesso à internet e a computadores;
- 74% apontaram que há dificuldade de terem apoio familiar para os estudos;
- 53% mencionaram a falta de motivação dos alunos;
- 38% afirmaram que os alunos têm desconhecimento em relação ao uso de recursos tecnológicos.



Kapasia *et al.* (2020) afirmam que 76% dos estudantes da Educação Superior entrevistados na Índia acreditam que a pandemia causará interrupção dos seus estudos, caso o ensino continue nesse formato. Mudanças são necessárias a fim de as universidades buscarem manter o ensino superior, tornando os sistemas educacionais resilientes.

Malganova *et al.* (2021, p. 589) sugerem as seguintes recomendações com base na pesquisa que desenvolveram:

- a) as autoridades devem se concentrar no desenvolvimento de estratégias para a rápida implementação de medidas específicas para apoiar estudantes e professores durante toda a pausa forçada no processo educacional;
- b) o apoio técnico e organizacional é necessário para a população das regiões rurais por vários motivos, falta de equipamento necessário, de conexão à Internet e outras ferramentas on-line;
- c) proteger os direitos dos funcionários do ensino médio e superior;
- d) assegurar a igualdade social e a inclusão, evitando estratificação social adicional;
- e) proteger as informações pessoais dos estudantes e professores, prevenindo ou minimizando os riscos decorrentes da interação no espaço virtual, incluindo o *cyberbullying*.

São muitas as problemáticas decorrentes desta situação: a pandemia ocasionou transformações na organização social de todo o mundo. Na educação, os processos de ensino e aprendizagem passaram e passam por um cenário de incertezas: nem mesmo docentes estão aptos a avaliar conteúdos ensinados, sentem-se inseguros e pressionados pela administração, pelas famílias e pelos alunos. Nas ações pedagógicas, as TIC favorecerem oportunidades, mas também acentuam barreiras (WENCZENOVICZ, 2020).

Conclusões

É importante notar que a consolidação dos processos de ensino e aprendizagem digitais exige uma atitude ativa, autônoma, do estudante, sujeito protagonista, crítico, transformador da sociedade na qual se inscreve, mas que está submetido às condições históricas de existência material. Assim, a metodologia invertida, que seria uma possibilidade viável no ensino remoto, precisa do envolvimento ativos de estudantes nos processos de aprendizagem, o que não ocorreu durante a pandemia da Covid-19, resultado do stress causado pela ausência de meios materiais e das patologias mentais associadas à situação.

A metodologia invertida trabalha metodologicamente com o aluno tendo acesso aos conteúdos em casa, via internet; com a possibilidade de ele levar suas dúvidas e resolvê-las na escola, contando com o auxílio e a intermediação do professor. É importante, portanto, que o



aluno se envolva no processo pedagógico: participe e interaja. A falta de acesso à TDIC e às condições mentais favoráveis inviabilizam todo o processo de aprendizagem autônoma. Resta ao docente – também premido por crises profissionais, sociais e pessoais – resgatar o estímulo e a motivação do aluno através de exercícios, atividades, provas, aulas virtuais e *lives*, espaços mediados pela câmera, que mesmo ligada, não é sinal da presença virtual.

O trabalho mostrou a importância de o professor assumir postura mediadora nos processos de ensino e aprendizagem, uma vez que não se pode abandonar alunos a suas condições materiais de existência, de aprendizagem e de desenvolvimento educativo. O papel do professor é fundamental quando há consciência das dificuldades enfrentadas por alunos e comunidade, recaindo sobre a docência – mesmo que haja apoio dos gestores escolares e envolvimento dos alunos – os efeitos estruturais adversos, agravados por essa pandemia.

REFERÊNCIAS

- ACI UNESP. **Atividades remotas na Unesp serão creditadas para os estudantes**. 2020. Disponível em: <https://www2.unesp.br/portal#!/noticia/35638/atividades-remotas-na-unesp-serao-creditadas-para-os-estudantes>. Acesso em: 24 abr. 2021.
- ANPED. **Gestrado/UFMG e CNTE apresentam resultado de pesquisa sobre Trabalho Docente em Tempos de Pandemia**. Disponível em: <https://anped.org.br/news/gestradoufmg-e-cnte-apresentam-resultado-de-pesquisa-sobre-trabalho-docente-em-tempos-de>. 29/07/21. Acesso em: 05 abr. 2021.
- BONOTTO, R.; CORRÊA, Y.; CARDOSO, E.; MARTINS, D. S. Oportunidades de aprendizagem com apoio da Comunicação Aumentativa e Alternativa em tempos de COVID-19. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 15, n. 4, p. 1730–1749, 2020. DOI: 10.21723/riaee.v15i4.13945
- BRASIL. Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação. **Parecer Homologado Parcialmente**. Cf. Despacho do Ministro, publicado no D.O.U. de 1º/6/2020, Seção 1, p. 32. Ver Parecer CNE/CP nº 5/2020, 28/04/2020.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação a Distância. **Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância**. Brasília, DF, 2007.
- CADER-NASCIMENTO, F. A. A. A.; SARMANHO, J. D. L. S. Alfabetização na perspectiva do letramento durante a pandemia. **DOXA: Revista Brasileira de Psicologia e Educação**, Araraquara, v. 22, n. 00, p. e021004, 2021. DOI: 10.30715/doxa.v22i00.14296
- CAO, W; F; H; H. *et al.* The psychological impact of the COVID-19 epidemic on college students in China. **Psychiatry Research**, v. 287, n. 112934, maio 2020.





CUNHA, A. K.; CRUZ, J. A. S.; BIZELLI, J. L. A Gestão do Conhecimento e as expertizes desenvolvidas no Ensino Superior. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, p. 677–690, 2017. DOI: 10.22633/rpge.v21.n.esp1.out.2017.10442

DUQUE, E.; DURÁN VÁZQUEZ, J. O novo paradigma da educação na promoção de uma sociedade mais inclusiva. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 15, n. 1, p. 27–49, 2020. DOI: 10.21723/riaee.v15i1.12632

FALQUETE, H.; BOTELHO MORA, F. E.; MARTELLI, C. G. G. Saúde Pública e desigualdades: Brasil em tempos de pandemia. **Revista Sem Aspas**, Araraquara, v. 9, n. 1, p. 41–60, 2020. DOI: 10.29373/sas.v9i1.14045

FISTAROL, C. F. S.; SILVEIRA, É, L.; FISCHER, A. COVID-19 e uso de plataformas digitais: reverberações da sala de aula do espaço físico para o virtual. **Revista EntreLínguas**, Araraquara, v. 7, n. 00, p. e021001, 2021. e-ISSN: 2447-3529. DOI: 10.29051/el.v7i00.15158

GARCIA, M. F.; SILVA, D.; RIEDO, C. R. F. Formação de professores a distância: o que pensam os tutores?. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 10, n. 1, p. 67–82, 2015. DOI: 10.21723/riaee.v10i1.7151

GERALDI, L. M. A.; BIZELLI, J. L. Tecnologias da informação e comunicação na educação: conceitos e definições. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, n. 18, 2017. DOI: 10.22633/rpge.v0i18.9379

HUANG, R. *et al.* Disrupted classes, undisrupted learning during COVID-19 outbreak in China: application of open educational practices and resources. **Smart Learn. Environ.**, v. 7, n. 1, p. 1-15, 2020.

IBGE. **PENAD Contínua**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/condicoes-de-vida-desigualdade-e-pobreza/17270-pnad-continua.html>. Acesso em: 06 abr. 2021.

KAPASIA, N. *et al.* Impact of lockdown on learning status of undergraduate and postgraduate students during COVID-19 pandemic in West Bengal, India. **Children and Youth Services Review**, v. 116, p. 1-5, 2020.

LAGO, N. C.; TERRA, S. X.; CATEN, C. S. T.; RIBEIRO, J. L. D. Ensino remoto emergencial: investigação dos fatores de aprendizado na educação superior. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 16, n. 2, p. 391–406, 2021. DOI: 10.21723/riaee.v16i2.14439

MALGANOVA, I. G.; DOKHKILGOVA, D. M.; SARALINOVA, D. S. A transformação do sistema educacional durante e pós COVID-1. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 25, n. esp.1, p. 589–599, 2021. DOI: 10.22633/rpge.v25iesp.1.14999

OLIVEIRA, B. R.; OLIVEIRA, A. C. P. de; JORGE, G. M. dos S.; COELHO, J. I. F. Implementação da educação remota em tempos de pandemia: análise da experiência do Estado de Minas Gerais. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 16, n. 1, p. 84–106, 2021. DOI: 10.21723/riaee.v16i1.13928





ROCHA, E. M.; LIMA, J. M. S. Impactos e desafios do ensino on-line decorrentes da pandemia COVID-19. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 16, n. 2, p. 377–390, 2021. DOI: 10.21723/riaee.v16i2.14526

WENCZENOVICZ, T. J. Ensino a distância, dificuldades presenciais: perspectivas em tempos de COVID-19. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 15, n. 4, p. 1750–1768, 2020. DOI: 10.21723/riaee.v15i4.13761

Como referenciar este artigo

SANTOS CRUZ, J. A.; BIZELLI, J. L.; BIZELLI, T. V. Perspectivas sobre o isolamento social e a pandemia no ensino superior. **Revista @mbienteeducação**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 291-302, maio/ago. 2021. e-ISSN: 1982-8632. DOI: <https://doi.org/10.26843/v14.n2.2021.1123.p291-302>

Submetido em: 10/03/2021

Revisões requeridas: 20/05/2021

Aprovado em: 10/07/2021

Publicado em: 01/08/2021

